

Revista da

PGM

ISSN 2236-3726

Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa

- *Advocacia Pública*
- *Direito Público*

Nº 04 - 2015 / 2016

SUMÁRIO

Mensagem do Prefeito / 3

Apresentação / 5

Editorial / 7

Notas sobre a Construção de um Sistema Comunicativo das Nulidades sob a Óptica da Teoria do Fato Jurídico Processual – Ravi Peixoto / 11

1. Introdução / 13

2. Do fato Jurídico Processual / 14

3. Das Nulidades / 18

4. O Princípio da Cooperação / 25

5. Da Aplicação de uma teoria Comunicativa das Nulidades ao Juízo de Invalidação / 34

6. Conclusão / 40

Princípio do Respeito ao Autorregramento da Vontade no Processo Civil – Fredie Didier Jr. / 49

1. Nota do Autor / 50

2. Notas sobre a Relação entre a Liberdade e o Processo / 50

3. O Princípio do Respeito ao Autorregramento da Vontade no Processo Civil / 54

Federalismo Cooperativo na Seara da Saúde Pública: Fundamentos para a Superação da Responsabilidade Solidária dos entes Federados e Propostas para a racionalização das Demandas Judiciais – Thiago Luis Barrêto Mendes Braga / 59

1. Introdução / 61

2. Surgimento do Estado Democrático de Direito no Brasil e a importância do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Consolidação dos Direitos Fundamentais Sociais / 63

3. Do Federalismo Cooperativo Estabelecido pela Constituição Federal em prol da Implementação de Políticas Públicas Sociais / 67

4. Realismo Jurídico e a Responsabilidade Solidária dos entes Federativos quanto ao Fornecimento de Tratamentos de Saúde: Interpretação Jurisdicional Dissociada da Constituição Federal / 73

5. Propostas hábeis a Racionalizar o Tratamento Judicial concedido às Demandas de Saúde Pública / 88

6. Considerações Finais / 100

Análise dos Arranjos Institucionais no Programa Minha Casa Minha

Vida – Leon Delácio de Oliveira e Silva / 103

I. Introdução / 104

II. Desenvolvimento / 106

III. Revisão do Arranjo Institucional atual do PMCMV / 111

IV. Conclusão / 112

A Duração Razoável do Processo e o Fenômeno da coisa Julgada no Novo

Código de Processo Civil – José Henrique Mouta Araújo / 116

I. Delimitação do tema: A Duração Razoável do Processo e o Novo CPC / 118

II. O Novo CPC, a revisão conceitual da coisa Julgada e o fenômeno da duração

Razoável do Processo / 123

Conclusões / 142

Tombamento: Conceitos e Natureza Jurídica – Ademar Azevedo Régis / 150

Introdução / 152

Conceito de Tombamento / 157

Natureza Jurídica do Tombamento / 162

Conclusões / 168

Os Efeitos da Superação de Precedentes – Eddie Parish / 172

Introdução / 173

Técnica de Aplicação do Precedente: Confronto de Casos (*Distinguishing*) / 174

Hipóteses de Superação dos Precedentes / 177

Técnicas de Superação dos Precedentes / 188

Overriding/Modifying / 195

Técnica de Sinalização (*Signaling*) / 197

Efeitos da Superação de Precedentes / 200

Efeitos Retroativos / 201

Efeitos Prospectivos / 205

A medida dos Efeitos: A Proteção da Confiança Justificada / 208

Conclusão / 211

Dilema de dois Juízes Diante do fim do Livre Convencimento do NCPC – Lenio

Luiz Streck / 216

Dois modos de olhar o Direito – Modelo de Juiz A / 217

Modelo de Juiz B / 218

Discussão dos modos de ver o Direito / 218

Falando do Exílio Epistêmico do LC / 219

- Rumo à Superação do Velho Modelo social-Protagonista? Esperamos que sim! / 222
Habemus CPC, mas temos de romper com o Velho Modelo / 223
Numa Palavra: O que clamam os Advogados de todo o Brasil? / 224

As Organizações Sociais no Contexto da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro: Parâmetros para o desenvolvimento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Gestão Pactuada – *Lucas Clemente de Brito Pereira* / 226

Consórcios Públicos e Intermunicipalidade – *Talden Farias* / 246

1. Introdução / 247
2. Conceito, Natureza Jurídica e Criação dos Consórcios Públicos / 248
3. Objetivo(s) e Vantagens dos Consórcios Públicos / 252
4. Arcabouço Normativo do Consórcio Público / 257
5. Consórcios Públicos Intermunicipais e Federalismo Cooperativo / 258
6. Consórcios Públicos e Regiões Metropolitanas / 265
7. Considerações Finais / 268

Crédito Tributário e sua Extinção pela Transação de Interesses – *Thiago Nóbrega Tavares* / 272

1. A Transação no Direito Tributário / 273
2. Indisponibilidade do Crédito Tributário e Liberdade Negocial da Transação / 275
3. A Transação em Matéria Tributária e o Princípio da Legalidade / 291
4. As Razões da Presença da Transação no Código Tributário Nacional / 296
5. Regulamentação da Prática Transacional em Direito Tributário: Lei Complementar Geral e Lei Ordinária Específica / 300
6. Considerações Finais / 304

A Natureza Jurídica das Competências Atribuídas à Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) – *Caio César Torres Cavalcanti* / 310

Introdução / 312

Os Regimes Jurídico-Regulatórios de Exploração e Produção de Petróleo em vigor no Brasil / 314

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e suas Atribuições / 323

PPSA: Gerenciamento Empresarial ou Regulatório? / 328

As Competências dos demais entes envolvidos na Gestão da Indústria Petrolífera Brasileira / 336

Considerações Finais / 339